

LUIZ HENRIQUE LIMA

CONTROLE EXTERNO

Teoria e Jurisprudência
para os Tribunais de Contas

10^a
edição revista,
atualizada
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 17.02.2023

- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2023 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Capa: Aurélio Corrêa

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

L698c

Lima, Luiz Henrique

Controle externo: teoria e jurisprudência para os tribunais de contas / Luiz Henrique Lima. – 10. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-774-3

1. Tribunais de contas - Brasil. 2. Serviço Público - Brasil - Concursos. I. Título.

23-82337

CDU: 342.56:35.073.52(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Sumário

Índice de Quadros-Resumos

XLIII

Capítulo 1	Controle Externo – Origens, Conceitos, Sistemas	1
1.1.	Antecedentes.....	1
1.2.	Democracia e controle externo.....	3
1.3.	Conceitos de controle	3
1.3.1.	Controle na ciência da Administração.....	4
1.3.2.	Controle quanto ao objeto.....	5
1.3.3.	Controle quanto ao momento de sua realização	5
1.3.4.	Controle quanto ao posicionamento do órgão controlador.....	7
1.3.5.	Outras classificações	9
1.3.6.	Conceito de controle externo	9
1.4.	Sistemas de controle externo e Entidades de Fiscalização Superiores – EFS	10
1.4.1.	Sistema de Auditoria ou Controladoria-Geral	12
1.4.2.	Sistema de Tribunal de Contas	13
1.4.3.	Outras classificações	14
1.5.	Tribunais de Contas no Brasil	15
1.6.	TCU nas diversas Constituições brasileiras	17
1.7.	Tribunais de Contas estaduais e municipais	19
1.8.	Intosai e as Declarações de Lima, do México e de Moscou	20

1.9.	ISSAI 20 – Princípios de Transparência e Accountability.....	22
1.10.	Olacefs	23
1.11.	Atricon e Audicon	24
1.12.	Novos desafios do controle externo	24
1.13.	Controle social.....	25
1.14.	Para saber mais	28

Capítulo 2 Normas Constitucionais sobre o Controle Externo 31

2.1.	A topografia do controle externo na Constituição Federal	32
2.2.	Abrangência do controle externo (CF: art. 70, <i>caput</i>)	33
2.2.1.	Fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial.....	34
2.2.2.	Fiscalização operacional.....	35
2.2.3.	Legalidade e legitimidade	35
2.2.4.	Economicidade	37
2.2.5.	Aplicação das subvenções e renúncia das receitas.....	40
2.3.	Quem deve prestar contas (CF: art. 70, parágrafo único)	42
2.4.	Competências constitucionais do TCU (CF: art. 71, <i>caput</i> e incisos I a XI).....	48
2.4.1.	Apreciar as contas anuais do Presidente da República (CF: art. 71, I).....	49
2.4.2.	Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos (CF: art. 71, II).....	51
2.4.3.	Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões civis e militares (CF: art. 71, III).....	54
2.4.4.	Realizar inspeções e auditorias por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional (CF: art. 71, IV)	57
2.4.5.	Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais (CF: art. 71, V)	57
2.4.6.	Fiscalizar a aplicação de recursos da União repassados a estados, ao Distrito Federal ou a municípios (CF: art. 71, VI).....	58
2.4.7.	Prestar informações ao Congresso Nacional sobre fiscalizações realizadas (CF: art. 71, VII)	59

2.4.8.	Aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos (CF: art. 71, VIII, IX e XI)	61
2.5.	Sustação de atos e contratos (CF: art. 71, X E §§ 1º e 2º).....	62
2.6.	Eficácia das decisões do TCU (CF: art. 71, § 3º).....	65
2.7.	Relatórios ao Congresso Nacional (CF: art. 71, § 4º).....	65
2.8.	Atuação da Comissão Mista (CF: art. 72).....	65
2.9.	Composição do TCU (CF: art. 73).....	66
2.9.1.	Requisitos para a nomeação de Ministro (CF: art. 73, § 1º)...	68
2.9.2.	Processo de escolha de Ministros do TCU (CF: art. 73, § 2º).....	69
2.9.3.	Prerrogativas dos Ministros (CF: art. 73, § 3º).....	70
2.9.4.	Garantias dos Auditores/Ministros Substitutos (CF: art. 73, § 4º).....	71
2.10.	Controle interno (CF: art. 74)	74
2.11.	Apuração de denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades (CF: art. 74, § 2º)	74
2.12.	Organização dos Tribunais de Contas dos estados, Distrito Federal e municípios (CF: art. 75)	74
2.13.	Fiscalização nos municípios (CF: art. 31).....	77
2.14.	Parecer prévio sobre as contas de Governo de Território (CF: art. 33, § 2º).....	79
2.15.	Intervenção da União nos estados e no Distrito Federal (CF: art. 34, VII, <i>d</i>).....	80
2.16.	Intervenção em município (CF: art. 35, II).....	80
2.17.	Competência exclusiva do Congresso Nacional (CF: art. 49, IX, X e XIII)	81
2.18.	Competência privativa da Câmara dos Deputados (CF: art. 51, II).....	82
2.19.	Competência privativa do Senado Federal (CF: art. 52, III, <i>b</i>).....	83
2.20.	Competência privativa do Presidente da República (CF: art. 84, XV e XXIV)	84
2.21.	Competência do Supremo Tribunal Federal (CF: art. 102, I, <i>c, d, i e q</i>)	84
2.22.	Competência do Superior Tribunal de Justiça (CF: art. 105, I, <i>a</i>).....	85
2.23.	Competências do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público (CF: arts. 103-B, § 4º, e 130-A)	85
2.24.	Ministério Público junto aos Tribunais de Contas (CF: art. 130)	87

2.25.	Cálculo dos Fundos de Participação (CF: art. 161, parágrafo único)	88
2.26.	Lei complementar sobre fiscalização financeira (CF: art. 163, V).....	89
2.27.	Emenda Constitucional nº 103/2019 (reforma previdenciária)	90
2.28.	Emenda Constitucional nº 105/2019 (emendas impositivas).....	90
2.29.	Emenda Constitucional nº 106/2020 (regime extraordinário fiscal)....	90
2.30.	Emenda Constitucional nº 108/2020 (Novo Fundeb)	91
2.31.	Emenda Constitucional nº 109/2021 (Declaração sobre Ajuste Fiscal).....	92
2.32.	Emenda Constitucional nº 114/2021 (precatórios).....	92
2.33.	Disposições constitucionais gerais (CF: art. 235, III e X).....	92
2.34.	Para saber mais	93

Capítulo 3 Tribunais de Contas – Funções, Natureza Jurídica e Eficácia das Decisões 95

3.1.	Funções dos Tribunais de Contas	95
3.1.1.	Função fiscalizadora	96
3.1.2.	Função opinativa.....	97
3.1.3.	Função judicante	97
3.1.4.	Função sancionadora	97
3.1.5.	Função corretiva	98
3.1.6.	Função consultiva	98
3.1.7.	Função informativa.....	98
3.1.8.	Função ouvidora	99
3.1.9.	Função normativa	100
3.1.10.	Inovações no Direito Público e novas funções das Cortes de Contas.....	100
3.2.	Natureza jurídica das Cortes de Contas	101
3.3.	Eficácia das decisões dos Tribunais de Contas.....	107
3.4.	Revisão judicial das decisões dos Tribunais de Contas.....	109
3.5.	Coisa julgada administrativa	111
3.6.	Para saber mais	113

Capítulo 4 Jurisdição dos Tribunais de Contas 115

4.1.	Polêmica sobre a jurisdição dos Tribunais de Contas	115
4.2.	Jurisdição do TCU.....	121

4.2.1.	Responsável (LOTUCU: art. 5º, I).....	121
4.2.2.	Dano ao Erário (LOTUCU: art. 5º, II).....	121
4.2.3.	Dirigentes ou liquidantes (LOTUCU: art. 5º, III)	122
4.2.4.	Empresas supranacionais (LOTUCU: art. 5º, IV)	122
4.2.5.	Serviços sociais (LOTUCU: art. 5º, V).....	122
4.2.6.	Demais sujeitos à fiscalização (LOTUCU: art. 5º, VI).....	123
4.2.7.	Recursos repassados (LOTUCU: art. 5º, VII).....	123
4.2.8.	Sucessores (LOTUCU: art. 5º, VIII).....	124
4.2.9.	Representantes na assembleia (LOTUCU: art. 5º, IX)	124
4.2.10.	Empresas públicas e sociedades de economia mista (RITCU: art. 5º, III)	125
4.2.11.	Unidades jurisdicionadas (IN TCU nº 63/2010).....	126
4.3.	Jurisdição dos Tribunais de Contas estaduais e municipais.....	126
4.4.	Conflitos de jurisdição entre Tribunais de Contas	127
4.4.1.	O caso dos <i>royalties</i> e participações especiais	130
4.5.	Para saber mais	132

Capítulo 5	Competências Infraconstitucionais das Cortes de Contas	133
5.1.	Introdução	133
5.2.	Competências atribuídas pela Lei Orgânica do TCU	134
5.2.1.	Fiscalização (LOTUCU: art. 1º, II).....	134
5.2.2.	Acompanhamento da receita (LOTUCU: art. 1º, IV).....	134
5.2.3.	Representar sobre irregularidades (LOTUCU: art. 1º, VIII).....	135
5.2.4.	Atos de administração interna (LOTUCU: art. 1º, X a XV)	136
5.2.5.	Decidir sobre consulta acerca da aplicação de dispositivos legais e regulamentares (LOTUCU: art. 1º, XVII)	136
5.2.6.	Poder regulamentar (LOTUCU: art. 3º)	138
5.2.7.	Requisitar serviços técnicos especializados (LOTUCU: art. 101)	139
5.3.	Competências previstas em normativos do TCU.....	139
5.3.1.	Emitir pronunciamento conclusivo (RITCU: art. 1º, IV).....	139
5.3.2.	Auditar projetos e programas (RITCU: art. 1º, V).....	140
5.3.3.	Fiscalizar a aplicação da LRF (RITCU: art. 1º, XIII).....	140

5.3.4.	Acompanhar, fiscalizar e avaliar os processos de desestatização (RITCU: art. 1º, XV)	140
5.3.5.	Elaborar proposta de solução consensual de controvérsia relevante (IN TCU nº 91/2022)	140
5.4.	Competências atribuídas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei nº 10.028/2000	141
5.5.	Competências atribuídas pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 12.462/2011 (RDC)	144
5.6.	Competências atribuídas pela Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos	147
5.7.	Competência para o controle de constitucionalidade	150
5.8.	Competências atribuídas por diversos normativos	153
5.8.1.	Lista dos inelegíveis (Lei Complementar nº 64/1990 e Lei Complementar nº 135/2010 – Lei da Ficha Limpa)	153
5.8.1.1.	A decisão do STF no RE 848.826 e no RE 1.231.883	155
5.8.2.	Acompanhamento dos processos de improbidade administrativa e apuração do dano (Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021)	157
5.8.3.	Controle das declarações de bens e rendas (Lei nº 8.730/1993)	157
5.8.4.	Fiscalização dos recursos do SUS (Decreto nº 1.232/1994 e Lei Complementar nº 141/2012)	158
5.8.5.	Apoio à Justiça Eleitoral (Lei nº 9.096/1995 e Lei nº 9.504/1997)	160
5.8.6.	Fiscalização da LDB (Lei nº 9.394/1996) e do Fundeb (Lei nº 14.113/2020)	161
5.8.7.	Fiscalização dos regimes próprios de previdência social (Lei nº 9.717/1998)	164
5.8.8.	Apoio às Câmaras Municipais (Lei nº 9.452/1997)	164
5.8.9.	Criação de página na Internet (Lei nº 9.755/1998)	165
5.8.10.	Fiscalização da aplicação dos recursos repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (Lei nº 10.264/2001)	165
5.8.11.	Lei das Agências de Águas (Lei nº 10.881/2004)	165
5.8.12.	Concessão de Florestas (IN TCU nº 50/2006)	166
5.8.13.	Lei do PAC (Lei nº 11.578/2007)	166

5.8.14.	Fiscalização dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (Lei nº 11.947/2009)	167
5.8.15.	Veto ao art. 6º da Lei das centrais sindicais (Lei nº 11.648/2008)	168
5.8.16.	Fiscalização dos recursos transferidos para prevenção em áreas de risco e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres (Lei nº 12.983/2014).....	169
5.8.17.	Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015).....	169
5.8.18.	Estatuto das Estatais (Lei nº 13.303/2016)	170
5.8.19.	Lei de Recuperação Fiscal (Lei Complementar nº 159/2017)	171
5.8.20.	Lei do Fundo Nacional de Segurança Pública (Lei nº 13.756/2018)	172
5.9.	Competências relacionadas com a fiscalização de obras públicas e políticas e programas de governo	172
5.10.	Medidas cautelares relativas a atos administrativos	177
5.11.	Competências relacionadas à emergência de saúde pública (Covid-19).....	180
5.12.	Competências não previstas para o TCU	181
5.13.	Para saber mais	183
Capítulo 6	Organização do Tribunal de Contas da União	185
6.1.	Plenário	185
6.1.1.	Matérias de maior complexidade e relevância	186
6.1.2.	Relacionamento com o Congresso Nacional e os Poderes da República	186
6.1.3.	Assuntos de natureza institucional.....	187
6.1.4.	Sanções de maior gravidade	187
6.1.5.	Recursos	187
6.1.6.	Deliberações de maior relevância	188
6.2.	Câmaras	188
6.2.1.	Presidente de Câmara	189
6.2.2.	Empate nas votações de Câmara.....	190
6.3.	Presidência.....	191
6.3.1.	Eleição.....	191
6.3.2.	Competências do Presidente	192

6.4.	Vice-Presidência	194
6.5.	Corregedoria	194
6.6.	Ministros	195
6.7.	Ministros substitutos (Auditores)	197
6.8.	Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	199
6.8.1.	Composição.....	199
6.8.2.	Procurador-Geral.....	200
6.8.3.	Competências.....	200
6.8.4.	Ministério Público de Contas nos TCEs e TCMs	203
6.9.	Elaboração de lista tríplice	203
6.10.	Secretaria do Tribunal	204
6.11.	Ouvidoria.....	206
6.12.	Comissões	207
6.13.	Código de Conduta Ética dos Servidores do TCU	208
6.14.	Para saber mais	212

Capítulo 7 Processos e Deliberações 213

7.1.	Processos.....	213
7.1.1.	Especificidades dos processos de controle externo.....	213
7.1.2.	Tipos de processos.....	215
7.1.3.	Relator.....	216
7.1.4.	Distribuição dos processos.....	217
7.1.5.	Etapas do processo.....	219
7.1.6.	Partes e ingresso de interessados.....	220
7.1.7.	Solicitação de informações ou de cópia.....	221
7.1.8.	Processos urgentes e sigilosos.....	221
7.1.9.	Processos de alto risco e relevância.....	222
7.1.10.	Arquivamento.....	222
7.1.11.	Nulidades.....	223
7.2.	Deliberações	224
7.2.1.	Formas de deliberação.....	224
7.2.2.	Elaboração, aprovação e alteração de atos normativos.....	226
7.2.3.	Jurisprudência	226
7.2.4.	Incidente de uniformização de jurisprudência.....	226
7.3.	Sessões	227

7.3.1.	Sessões telepresenciais.....	229
7.3.2.	Sessões virtuais	229
7.3.3.	Pauta das sessões	230
7.3.4.	Relação	231
7.4.	Processo de votação	234
7.5.	Outros dispositivos.....	238
7.5.1.	Contagem de prazos.....	238
7.5.2.	Comunicações processuais.....	239
7.5.3.	Publicações	240
7.5.4.	Acesso a informações	241
7.5.5.	Aplicação do Código de Processo Civil	241
7.6.	Lei de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019)	242
7.7.	Para saber mais	243

Capítulo 8 Processos de Contas 245

8.1.	Dever de prestar contas	245
8.2.	Normas legais sobre contas.....	247
8.2.1.	Normas previstas na Lei nº 4.320/1964.....	248
8.2.2.	Normas previstas na LOTCU e no RITCU	248
8.2.3.	Normas da LRF sobre escrituração das contas.....	249
8.3.	A INTCU nº 84/2020 e a nova disciplina nos Processos de contas	250
8.3.1.	Prestação de contas e tomada de contas: novos conceitos	250
8.4.	Normas específicas sobre prestações de contas	252
8.4.1.	Finalidades e princípios	252
8.4.2.	Unidades prestadoras de contas, unidades apresentadoras de contas e rol de responsáveis	254
8.4.3.	Conteúdo, forma, divulgação e prazos da prestação de contas.....	255
8.5.	Tomadas de contas	259
8.6.	Decisões em processos de contas.....	260
8.6.1.	Sobrestamento de contas.....	261
8.6.2.	Contas diferidas	262
8.7.	Para saber mais	262

Capítulo 9	Tomadas de Contas Especiais	263
9.1.	Conceito.....	263
9.2.	Hipóteses de instauração de TCE	265
9.2.1.	Omissão no dever de prestar contas.....	266
9.2.2.	Não comprovação da aplicação dos recursos.....	268
9.2.3.	Ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.....	269
9.2.4.	Prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico com dano ao erário	269
9.2.5.	Determinação pelo TCU	271
9.2.6.	Dispensa de instauração de TCE	272
9.3.	Procedimentos.....	273
9.3.1.	Responsáveis pela instauração da TCE.....	273
9.3.2.	Pressupostos para instauração de TCE	274
9.3.3.	Prazo de instauração da TCE.....	275
9.3.4.	Etapas de instauração da TCE.....	275
9.3.5.	Notificação	276
9.3.6.	Peças básicas de uma TCE.....	276
9.3.7.	Valor mínimo e prazo máximo para instauração de TCE ...	278
9.3.8.	Arquivamento de TCE.....	279
9.4.	Encaminhamento da TCE ao Tribunal de Contas da União	280
9.5.	Julgamento das TCEs.....	281
9.6.	Regras para a quantificação e a atualização de débitos	282
9.6.1.	Recolhimento do débito	283
9.7.	Responsabilidade solidária do ente político.....	283
9.8.	Para saber mais	284
Capítulo 10	Julgamento das Contas	285
10.1.	Critérios de julgamento.....	285
10.1.1.	Elementos de responsabilização	287
10.1.2.	O erro grosseiro.....	288
10.2.	Contas regulares.....	289
10.3.	Contas regulares com ressalvas	289
10.4.	Contas irregulares.....	290
10.5.	Consequências de irregularidade	292

10.6.	Fixação da responsabilidade solidária.....	294
10.6.1.	Responsabilidade solidária do parecerista jurídico	295
10.7.	Liquidação tempestiva do débito	296
10.8.	Arquivamento sem julgamento de mérito	298
10.9.	Reabertura de Contas.....	299
10.10.	Julgamento pelo TCU e controle jurisdicional	300
10.11.	Revisão do julgamento pelo TCU	300
10.12.	Execução das decisões.....	301
10.13.	Para saber mais	303

**Capítulo 11 Fiscalização a Cargo do Tribunal de Contas e Exercício
do Controle Externo 305**

11.1.	Evolução da fiscalização nos Tribunais de Contas.....	305
11.2.	Instrumentos de fiscalização.....	306
11.2.1.	Levantamento (RITCU: art. 238).....	307
11.2.2.	Auditoria (RITCU: art. 239).....	308
11.2.3.	Inspeção (RITCU: art. 240)	309
11.2.4.	Acompanhamento (RITCU: arts. 241 e 242).....	310
11.2.5.	Monitoramento (RITCU: art. 243)	311
11.2.6.	Auditorias coordenadas e Relatórios Sistêmicos de Fiscalização – FISC.....	312
11.3.	Execução da fiscalização	312
11.4.	Contas do Presidente da República.....	316
11.4.1.	Normas de apresentação	316
11.4.2.	Exame pelo TCU	317
11.4.3.	Consequências da rejeição das contas.....	321
11.4.4.	Divulgação	322
11.5.	Atos sujeitos a registro.....	322
11.5.1.	Súmula Vinculante nº 3 do STF	327
11.5.2.	Tema nº 445 de Repercussão Geral – STF.....	328
11.6.	Fiscalização de atos e contratos.....	329
11.7.	Fiscalização de convênios e instrumentos congêneres	330
11.8.	Fiscalização de obras	332
11.9.	Fiscalização da desestatização	333

11.10.	Fiscalização do terceiro setor, serviços sociais, consórcios públicos, parcerias público-privadas e fundações de apoio a instituições federais de ensino.....	334
11.10.1.	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscips.....	334
11.10.2.	Organizações sociais.....	336
11.10.3.	Organizações da sociedade civil.....	336
11.10.4.	Sistema S.....	338
11.10.5.	Consórcios públicos.....	339
11.10.6.	Parcerias público-privadas.....	339
11.10.7.	Fundações de apoio a instituições federais de ensino.....	341
11.11.	Apuração de denúncias e representações.....	343
11.11.1.	Denúncias.....	343
11.11.2.	Representações.....	344
11.12.	fiscalização em políticas e programas de governo.....	345
11.13.	Outras fiscalizações.....	346
11.13.1.	Benefícios fiscais.....	346
11.13.2.	Declarações de bens e sigilo.....	346
11.13.3.	Entidades fechadas de previdência privada.....	347
11.13.4.	Fiscalização de serventias extrajudiciais.....	348
11.14.	Limites ao poder de fiscalização dos Tribunais de Contas.....	348
11.14.1.	Sigilo bancário e fiscal.....	349
11.15.	Consequências da fiscalização exercida pelos Tribunais de Contas....	355
11.16.	Para saber mais.....	356

Capítulo 12 Controle Interno 357

12.1.	Conceito.....	357
12.2.	Princípios do controle interno.....	359
12.3.	Evolução do controle interno.....	360
12.4.	LRF e o controle interno.....	362
12.5.	Organização do controle interno no governo federal.....	362
12.5.1.	Competências legais do controle interno.....	365
12.5.2.	Objetivos do controle interno.....	371
12.5.3.	Prerrogativas do controle interno.....	371
12.5.4.	Normas relativas a servidores do controle interno.....	371

12.5.5.	Controle interno dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público	372
12.5.6.	Controle interno no Estatuto das Estatais (Lei nº 13.303/2016)	373
12.6.	Referencial técnico da atividade de auditoria interna governamental	374
12.6.1.	Inovações da IN CGU nº 3/2017: as linhas de defesa da gestão	374
12.6.2.	Princípios e requisitos éticos	375
12.6.3.	Técnicas de auditoria	375
12.7.	Atuação do controle interno em processos de contas e tomadas de contas especiais.....	376
12.7.1.	Auditoria nas contas	377
12.7.2.	Certificação das contas	378
12.7.3.	Remessa das contas ao TCU	381
12.8.	Obrigatoriedade da estruturação do controle interno nos estados e municípios	383
12.9.	Controle interno e auditorias privadas	384
12.10.	CGU e o acesso a informações (Lei nº 12.527/2011).....	384
12.11.	CGU e o conflito de interesses (Lei nº 12.813/2013).....	384
12.12.	CGU e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013)	386
12.13.	Governança e controle interno (Decreto nº 9.203/2017)	390
12.14.	LINDB e controle interno – Termos de ajustamento de gestão (Decreto nº 9.830/2019)	392
12.15.	CGU e compartilhamento de informações (Decreto nº 10.209/2020)	392
12.16.	Controle interno na Lei do Governo Digital (Lei nº 14.129/2021).....	393
12.17.	Controle interno na Nova Lei de licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021)	394
12.18.	Para saber mais	395

Capítulo 13 Direito de Defesa e Recursos 397

13.1.	Fundamentos constitucionais e princípios	397
13.2.	Audiência.....	403
13.3.	Citação	404
13.4.	Oitiva	405
13.5.	Revelia.....	406

13.6.	Procedimentos legais e regimentais	407
13.6.1.	Pedido de vista	407
13.6.2.	Juntada de documentos	408
13.7.	Modalidades recursais	408
13.8.	Recurso de reconsideração	408
13.9.	Pedido de reexame	409
13.10.	Embargos de declaração	410
13.11.	Recurso de revisão	411
13.12.	Agravo	413
13.13.	Exame de admissibilidade	415
13.14.	Outros recursos previstos em normas específicas	417
13.15.	Sustentação oral	418
13.16.	Prescrição	419
13.16.1.	Decisão do STF no RE 636.886 – Tema nº 899 de Repercussão Geral	420
13.16.2.	Resolução TCU nº 344/2022	421
13.17.	Decadência	424
13.18.	Para saber mais	427

Capítulo 14 Sanções aplicáveis pelos Tribunais de Contas 429

14.1.	Sanções em processos de contas	429
14.1.1.	Multa proporcional ao débito (LOTUC: art. 57)	430
14.1.2.	Multa (LOTUC: art. 58)	431
14.1.3.	Encaminhamento dos autos ao Ministério Público da União (LOTUC: art. 16, § 3º)	436
14.2.	Sanções em ações de fiscalização	437
14.2.1.	Multa por sonegação de documentos ou informações (LOTUC: art. 42)	437
14.2.2.	Multa por irregularidade constatada (LOTUC: art. 43)	438
14.2.3.	Inabilitação (LOTUC: art. 60 e RITUC: art. 270)	438
14.3.	Sanções relativas a licitações e contratos	439
14.3.1.	Declaração de inidoneidade (LOTUC, art. 46)	439
14.4.	Sanções relativas a infrações administrativas contra as finanças públicas (LRF e Lei nº 10.028/2000)	443
14.5.	Outras multas	445

14.6.	Determinações, ciências e recomendações.....	446
14.7.	Medidas cautelares que afetam diretamente os gestores e responsáveis.....	448
14.7.1.	Afastamento temporário do responsável (LOTUCU: art. 44)...	448
14.7.2.	Indisponibilidade dos bens (LOTUCU: art. 44, § 2º).....	449
14.7.3.	Arresto dos bens (LOTUCU: art. 61).....	451
14.8.	Independência das instâncias	453
14.9.	Responsável falecido	455
14.10.	Para saber mais	456

Palavras Finais	457
------------------------	------------

Miniglossário	459
----------------------	------------

Referências	471
--------------------	------------